



GRUPO XI

GRUPO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

**IMPACTO SOCIAL REDUZIDO: AÇÕES VIABILIZADORAS PARA UM PLANO DE ASSISTÊNCIA
PSICOSSOCIAL EM COMUNIDADES DIRETAMENTE AFETADAS POR HIDRELÉTRICAS.**

Renata Patrícia de Carvalho

CONSÓRCIO UHE BAGUARI

RESUMO:

A construção de hidrelétricas traz consigo uma gama de impactos relacionados. Dentre eles, o impacto social, decorrente de vários fatores e alvo de discussões por parte dos empreendedores e sociedade em geral.

Esse impacto pode ser minimizado e se tornar um impacto social positivo na medida em que ações do âmbito da Assistência Psicossocial podem resignificar qualidade de vida para os moradores em áreas afetadas por UHE's.

O presente artigo tem o objetivo de descrever ações que contribuem para a redução do impacto. Relata intervenções com comunidades do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, durante a implantação da UHE Baguari.

PALAVRAS – CHAVE

Impacto Social, Assistência Psicossocial, Qualidade de Vida, Redução do Impacto.

1.0 - INTRODUÇÃO

1.1 O Impacto Social

A Resolução nº. 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA dispõe sobre as responsabilidades dos órgãos públicos com atuação na área ambiental e sobre os meios institucionais cabíveis para melhoria dessa área. Essa resolução definiu o que é impacto ambiental e estabeleceu os critérios para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, o qual, juntamente com o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA¹, se torna um requisito obrigatório para obtenção de Licença Prévia². Pode-se entender como impacto ambiental às diferenças entre o os aspectos iniciais e finais de um empreendimento.

Para avaliação do impacto em empreendimentos hidrelétricos são consideradas as condições ambientais existentes nos dois momentos na esfera abiótica, biótica e sócio-econômica-cultural da população onde o projeto será realizado. Do ponto de vista socioeconômico, as interferências têm início desde a fase do planejamento da

1. EIA é o documento que contém os estudos completos e detalhados sobre os impactos que o projeto causará, apresentado para a análise da concessão da LP. É um estudo técnico, com linguagem específica de cada disciplina. Já o RIMA é um relatório que contém uma síntese do EIA.
2. A Resolução 001/86 do CONAMA no seu artigo 2º, I – XVI estabelece quais são os empreendimentos que necessitam elaborar EIA/RIMA para obtenção de licenciamento ambiental. Esse processo é formado por três licenças: a LP que é concedida após a análise e verificação de viabilidade ou não da obra no tocante aos impactos ambientais apresentados no EIA/RIMA. Se a LP for obtida, a empresa deverá apresentar o Projeto Básico Ambiental para que o órgão ambiental faça a expedição da LI para o início das construções. Quando a construção estiver finalizada, o empreendedor deve solicitar licença de operação, demonstrando o cumprimento das condições estabelecidas nas fases anteriores. Para essa expedição o órgão ambiental fiscalizará a obra, e principalmente, se o PBA está sendo devidamente cumprido. Esse processo é geralmente conflituoso, nesse sentido o Ministério Público poderá atuar através de ação civil, caso haja denúncia e comprovação de irregularidades. (WUNDER, 2003, P.75-76).

construção, que são traduzidas por sentimentos de expectativa e insegurança expressos nas entrevistas realizadas com os distintos públicos afetados, frente às mudanças impostas e nem sempre compreendidas e assimiladas.

Com a implantação das estruturas necessárias à obra, os impactos se manifestam com maior intensidade, uma vez que a ação passa a ter caráter concreto, representando mudanças irreversíveis na estrutura produtiva e social dos envolvidos com a efetiva transformação de uma realidade até então consolidada.

A instalação de uma usina hidrelétrica repercute nas sociedades organizadas na região do projeto e além dos limites dessa também e podem desencadear eventos tais como desagregação social de comunidades locais e aumento na incidência de doenças, representando os impactos sociais do empreendimento. Embora sejam mais subjetivos, esses efeitos devem ser considerados e analisados no início do projeto hidrelétrico.

Em relação aos fatores sociais culturais, RUWER (2004) levantou importantes aspectos referentes à inserção de um empreendimento hidrelétrico em uma determinada região, conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1
Aspectos Relevantes na Inserção de Um Empreendimento Hidrelétrico em uma Determinada Região.

ÁREA DE INFLUÊNCIA (Município(s) afetados(s), c/destaque àqueles que tiveram sua demanda populacional e econômica alterada em função do empreendimento).	Dinâmica populacional: condições de assentamento urbano, qualidade de vida e alterações na nucleação urbana original.
	Dinâmica econômica: Comportamento da economia municipal em função da perda de recursos naturais, renúncia de produção agropecuária e desativação de estabelecimentos industriais e comerciais. Benefícios propiciados pelo empreendimento, como implementação de atividades turísticas ligadas ao reservatório.
	Nível de emprego e renda (urbano e rural).
	Participação absoluta e relativa do incremento de receita propiciado pelo empreendimento na arrecadação municipal; destaque para eventuais políticas de investimentos em infra-estrutura básica, impulsionados pelo aumento da arrecadação.
	Aumento das despesas da administração pública municipal e estadual em função da manutenção de serviços de atendimento a necessidades criadas a partir da inserção do empreendimento.
	Alterações nas tradições culturais.
	Benefícios da energia em nível local e regional.
ÁREA DIRETAMENTE AFETADA (Propriedades, estabelecimentos do entorno do reservatório, área de entorno e áreas de reassentamento).	Atividades econômicas e infra-estrutura: uso e ocupação do solo; usos da água no recurso hídrico aproveitado pela usina; atividade produtiva primária; relações sociais de produção; atividades turísticas e recreação e lazer.
	Aspectos populacionais e qualidade de vida: alterações significativas no número, padrão habitacional e na condição de ocupação.

Fonte: RUWER, 2004.

A Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) representa um importante instrumento para tomada de decisões necessárias ao processo de gestão. Existem varias formas de se proceder à avaliação dos impactos ambientais provocados por empreendimentos hidrelétricos. Alguns desses métodos são mais sistematizados e outros mais livres.

Entretanto, independentemente da metodologia adotada, “para definir o impacto de qualquer empreendimento sobre um ambiente, precisamos conhecer suficientemente tanto a ação impactante como o meio que a receberá. Isso implica obter dados, elaborá-los, proceder às análises e saber interpretar os resultados”. (MULLER, 1995).

A operacionalização do instrumento de avaliação do impacto deve ser levada em consideração. Segundo MULLER, (1995), devem ser empregados “indicadores ambientais sensíveis às intervenções advindas do projeto”. Os indicadores, que tanto podem ser quantitativos ou qualitativos, devem expressar qualitativamente o estado do ambiente, descrever o seu funcionamento e permitir estimar as mudanças no ambiente, decorrentes da ação promovida. (MULLER, 1995).

De acordo com SOUZA (2000), as técnicas baseadas em indicadores e índices pretendem avaliar e comparar variantes para um mesmo projeto visando integrar o processo de avaliação. O pressuposto básico é que muitos parâmetros de avaliação não são quantificáveis numericamente e, desta forma, é necessário conduzir a avaliação comparando juízos subjetivos.

Percebe-se recentemente que há uma tendência tanto no cenário nacional quanto internacional de incorporar os aspectos ambientais como variável de decisão desde as etapas iniciais do processo de planejamento dos empreendimentos, considerando os impactos associados e internalizando os custos relativos às ações de prevenção, mitigação e compensação.

Segundo GOODLAND (1996), os aspectos ambientais e sociais só poderão ser completamente internalizados e capazes de influenciar na concepção do Projeto, indicando ações mitigadoras, se forem incorporados ainda em fase inicial do empreendimento.

1.2 O Consórcio UHE Baguari

O Consórcio UHE Baguari é formado pelas empresas NEONERGIA, FURNAS e CEMIG e é responsável pela construção da UHE Baguari, na região leste de Minas Gerais. Trata-se de uma usina a fio d água, barragem com altura de 18 metros, 295 metros de comprimento e reservatório com extensão de 22 km no rio Doce e cerca de 5 km no rio Corrente Grande.

A usina tem capacidade de geração de 140 MW, com quatro turbinas tipo bulbo e sete vãos do vertedouro e seu reservatório atinge seis municípios em 60 propriedades rurais, 25 ilhas e duas ruas em área urbana, totalizando a relocação de cerca de 100 famílias que moram às margens do rio Doce, no Distrito de Pedra Corrida, Município de Periquito.

Trata-se de um empreendimento que considera que a gestão ambiental tem o objetivo de minimizar os impactos ambientais relacionados. MULLER (1995) comenta que nos estágios recentes da avaliação ambiental nas empresas, há duas correntes de atitudes: uma na qual a avaliação de impactos é feita sem estar inserida na dinâmica institucional, contando com uma gestão ambiental incipiente onde o RIMA é tratado como um documento que se encerra em si próprio; e outra na qual a gestão se dá de forma efetiva havendo integração da dimensão ambiental na política institucional da empresa, onde os estudos de impacto fazem do processo uma dinâmica que contribui para a justificativa social do próprio projeto.

O cenário institucional do setor elétrico brasileiro vai ao encontro com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), uma vez que incorporam as AIA's ao nível de planejamento e tomada de decisões envolvidas, e impõe que as AIA's de dêem ainda na fase inicial das políticas, planos e programas.

1.3 Plano de Assistência Social

Inserido nesse cenário institucional, o Consórcio UHE Baguari antecipa em sete meses o início de um dos programas do seu Plano de Controle Ambiental. Coloca em vigor, o PAS - Plano de Assistência Social do Aproveitamento Hidrelétrico de Baguari, que foi concebido com base no roteiro elaborado pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/MG, aprovado pela Resolução nº. 61/2004, e em conformidade com os preceitos estabelecidos pela Lei nº. 12.812/98, de 28 de abril de 1998, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas pela implantação de empreendimentos hidrelétricos.

Sua concepção levou em conta o projeto de engenharia, específico deste empreendimento, e respaldou-se nos estudos socioeconômicos realizados para obtenção das Licenças Prévia e de Instalação, no intuito de fornecer à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE e ao Conselho de Assistência Social – CEAS a base para o conhecimento da região de inserção do empreendimento e dos públicos a quem as ações se destinam.

O Consórcio UHE Baguari, durante as primeiras atuações em campo, identificou a necessidade de antecipar o atendimento às famílias do Distrito de Pedra Corrida, no Município de Periquito. Essa demanda advém da ocorrência de grande número de casos de portadores de sofrimento mental no povoado pertencente à área diretamente afetada pela construção do empreendimento e dos sentimentos de expectativa e dúvida, inerentes ao processo. O Plano de Assistência Social foi aprovado pelo CEAS/MG no dia 20 de outubro de 2006, em Belo Horizonte.

Uma das ações viabilizadoras do PAS é a abertura de um Posto de Atendimento Social, um espaço de referência para a comunidade residente em área urbana diretamente atingida pela construção da usina. Nesse espaço os moradores de Pedra Corrida discutem suas dúvidas, participam dos projetos sociais intimamente ligados à Prefeitura, são atendidos e devidamente encaminhados para outras instituições quando necessário.

2.0 - ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO PAS

O planejamento do setor elétrico brasileiro envolve estudos de longo e médio prazo², planos decenais de expansão, estimativas do potencial hidrelétrico, estudo de inventário hidrelétrico e de viabilidade e projetos básico e executivo.

Nesse processo de planejamento estruturado, as estratégias são reavaliadas até a tomada de decisão de implantação do empreendimento.

Para a implantação do Plano de Assistência Social torna-se necessária a elaboração de estratégias para o desenvolvimento do processo. A partir do momento em que o empreendedor se faz presente na comunidade diretamente afetada pela formação do reservatório, as demandas sociais aparecem.

O que o Consórcio UHE Baguari propõe, e por esse motivo se torna pioneiro em se tratando de ações mitigadoras relativas ao impacto social, é o início das ações do Plano de Assistência Social antes do pedido de Licença de Instalação.

A atualização do cadastro socioeconômico possibilitou o conhecimento das características sociais da comunidade afetada. A partir daí, um diagnóstico social do Município foi a base para o planejamento das primeiras ações mitigadoras.

O diagnóstico social do Município levou em consideração as informações do cadastro socioeconômico, das Secretarias Municipais, das instituições envolvidas – Conselho Tutelar, Polícia Militar, Conselhos Municipais – e informações dos próprios moradores.

Esse diagnóstico tem fundamental importância na avaliação do impacto social, uma vez que retrata o Município antes do início das obras. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários abertos e fechados a partir de uma amostra significativa da população.

O primeiro questionário foi aplicado à população feminina, que demandou a formação de um grupo para desenvolvimento de atividade econômica sustentável. O segundo questionário buscava uma pesquisa sobre a Representação Social do Posto de Atendimento Social no distrito de Pedra Corrida, para análise de sua aceitação e motivos de rejeição. O terceiro questionário referiu-se à situação de mudança dos moradores. O objetivo foi nomear o significativo da “mudança” em cada caso e assim verificar onde o processo encontra maior ou menor resistência. Em detrimento dessa nomeação, o conflito pode ser trabalhado numa perspectiva saudável para o sujeito.

Os questionários da primeira etapa foram finalizados com o questionário de escolha da vizinhança, também a partir da demanda local. A resposta desse estudo vai ao encontro às teorias sociológicas que ressaltam a permanência de pelo menos um elemento da origem no reassentamento. Podemos constatar que a população manifesta o interesse em manter a vizinhança de origem, salvo alguns casos de doença mental.

²De acordo com a elaboração do Plano de Expansão do Sistema Elétrico Brasileiro pela Eletrobrás.

2.1 Ações e Projetos

Para cada demanda verificada no diagnóstico social do Município existe uma ação. Naturalmente, o empreendedor não pode corresponder a todas elas e é importante considerar que a demanda de uma comunidade direta ou indiretamente atingida, possui na maioria das vezes, caráter de compensação para o Município.

Para a proposição de projetos e ações mitigadoras do impacto negativo, é importante também que seja definida a origem das demandas, pois elas podem ser oriundas tanto de fragilidades da infra-estrutura operacional do gestor público, quanto da inadequação das ações propostas pelo próprio empreendedor. Caso a demanda seja da ordem do poder público, as ações devem ter o cuidado necessário para não “atropelar” o sistema vigente. O reconhecimento dessas demandas serve para o empreendedor como ponto de partida para o instante em que se inicia a obra.

O diagnóstico social do Município diretamente afetado pela UHE Baguari, aponta as demandas, os segmentos envolvidos e os projetos propostos, conforme explicita a Tabela 2.

TABELA 2
Demanda e Ações Propostas Relativas à Região Diretamente Afetada Pelo Empreendimento Hidrelétrico de Baguari

Segmento	Demanda	Ação	Classificação	Implantação	Parceria
Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho	Desemprego	Casa de costura	Permanente	Médio prazo ³	SENAR, EMATER, Prefeitura Municipal, Instituições para capacitação profissional
		Capacitação profissional	Temporária	Médio Prazo	
		Horta Comunitária	Permanente	Médio prazo	
Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho e Secretaria de Saúde	Atendimento individual	Convênio com Universidade	Temporária / Permanente	Curto prazo	UNIVALE
Secretaria Municipal de Saúde	Treinamento em saúde mental	Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde	Temporária	Curto prazo	Prefeitura Municipal.
Secretaria Municipal de Saúde	Gravidez na Adolescência/ uso abusivo de drogas	Grupos de discussão e Programa na rádio comunitária	Temporária	Curto prazo	Prefeitura Municipal, Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e Adolescente.
Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho	Patrimônio imaterial histórico	Registro do Patrimônio	Permanente	Médio prazo	UNIVALE e Prefeitura Municipal

Fonte: Consórcio UHE Baguari. 2007

As demandas podem ser classificadas conforme sejam derivadas, ou não, do impacto social provocado pela ação do empreendimento. No primeiro caso, o empreendedor usa de medidas mitigadoras. No entanto, se as demandas são inerentes ao poder público e não têm relação com o efeito da construção da usina, as medidas a serem adotadas são de caráter compensatório. Para as demandas que são relativas ao poder público e que são agravadas pelo impacto do empreendimento, são propostas medidas profiláticas, usadas por meio dos programas complementares ao PAS. Exemplo disso, o Programa complementar de Saúde e Vigilância Epidemiológica.

³ Considerando o tempo de implantação da obra, curto prazo é o período de até um ano a partir do início da execução do Plano de Assistência Social; Médio prazo o período de até dois anos para a execução; Longo prazo até os três anos do projeto.

3.0 - CONCLUSÃO

O Impacto Social é inerente a todo empreendimento hidrelétrico, este uma realidade e uma necessidade contemporânea. Tornar o processo menos traumático é reconhecer que apesar dessa característica, há uma maneira de fazer do processo uma resignificação de vida.

A implantação do Plano de Assistência Social é uma condicionante que, associada à avaliação do Impacto e ligada à ação do Poder Público, minimiza os conflitos e contribui para a reversão da interferência causada, tornando-a positiva junto às comunidades.

O acompanhamento psicossocial tem o objetivo de amenizar os conflitos e, principalmente, preparar a comunidade para a relocação e o reassentamento. Schaeffer (1986) afirma que este processo é bem mais complexo do que a mera questão logística, uma vez que inclui a adaptação humana e ajustes individuais e institucionais, que requerem acompanhamento e assistência até que a população volte a ficar integrada à sua realidade, com as tensões sociais já minimizadas e o padrão de vida restabelecido ou preferencialmente melhorado.

O reassentamento envolve mudanças complexas. Segundo LÉVY (2001) antes de ser um acontecimento material – biológico, econômico, tecnológico – a mudança é um acontecimento psíquico. Antes de ser um acontecimento objetivo, é um acontecimento subjetivo.

O psiquismo é por excelência, o lugar da mudança, da possibilidade de desligamentos e de novas combinações. As condições materiais têm valor de mudança quando elas são apropriadas mentalmente, ao nível de suas significações. As mudanças e decisões levam tempo para amadurecerem e serem preparadas, para se imporem como necessárias e se traduzirem concretamente em condutas.

Através das intervenções e ações mitigadoras associadas, o empreendedor ganha um espaço diferenciado no discurso do sujeito considerado “atingido” pelo processo. As fantasias, os medos e as angustias, aliadas à informação imprescindível do programa específico de Comunicação Social, dão lugar ao discurso onde o sujeito não se cola ao significativo “atingido”, relocando-o também de uma posição vitimizada para uma posição de reconstrução que pode ser positiva.

As medidas no âmbito da Assistência Psicossocial são historicamente recentes, em se tratando de empreendimentos hidrelétricos, e encontram nas palavras de Machado de Assis, em Príncipes de Sapucaia, um alento para certa “aventura”:

“Rigorosamente, todas estas notícias são desnecessárias para a compreensão da minha aventura; mas é um modo de ir dizendo alguma coisa, antes de entrar em matéria, para a qual não acho porta grande nem pequena; o melhor é afrouxar a rédea a pena, e ela que vá andando, até achar entrada. Há de haver alguma; tudo depende das circunstâncias, regra que tanto serve para o estilo como para a vida; palavra puxa palavra, uma idéia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução; alguns dizem mesmo que assim é que a natureza compôs as suas espécies.”

4.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resolução 001 de 23 de Janeiro de 1986, disponível em http://www.mma.gov.br/por/conama/res/res_86/res0186.html, acessado em 10/03/2007.
- (2) WUNDER, R. O grupo de estudos multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do setor elétrico brasileiro e da legislação ambiental no Brasil. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2003.
- (3) RUWER, Léia Maria Erlich. Proposta de Requisitos de Planejamento Auto-sustentável para a Absorção de Egressos dos Projetos Governamentais de Grande Porte. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. (2004).
- (4) MÜLLER, Arnaldo Carlos (1995) Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Makron Books, São Paulo.
- (5) SOUZA, Wanderley Lemgruber de (2000). Impacto Ambiental de Hidrelétricas: Uma Análise Comparativa de Duas Abordagens. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, 2000.
- (6) GOODLAND, R. J. A. 1980. Environmental ranking of Amazonian development projects in Brazil. *Environmental Conservation*

- (7) COSTA, Maria da Conceição Gabriel Martins Ferreira; MENDES, Maria da Piedade Sarmiento. PLANO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO CONSÓRCIO UHE BAGUARI. Belo Horizonte, 2006.
- (8) IBGE (1977) Geografia do Brasil: Região Norte – Volume um. Fundação IBGE, Diretoria Técnica, Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro
- (9) SCHAFFER, 1986. (colocar a referencia ainda)
- (10) LÉVY, André. Psicossociologia: análise social e intervenção. Ed. Autentica, Belo Horizonte, 2001.

5.0 - DADOS BIOGRÁFICOS

Renata Patrícia de Carvalho

Nascida em Contagem, MG em 06 de Outubro de 1978.

Graduação em Psicologia: Universidade FUMEC 2003 – Belo Horizonte

Empresas: CEMIG, 2005.

Consórcio UHE Baguari desde julho de 2006

Psicóloga do Consórcio UHE Baguari.